

367

**PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - UM ESTUDO DE CASO EM DUAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE.** *Juliana Selau Lumertz, Vera Maria Vidal Peroni (orient.) (UFRGS).*

Este trabalho é referente à pesquisa nacional *Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na Educação?* que analisa o Programa no contexto da reforma educacional brasileira. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é uma política do governo federal que repassa verbas para as escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal de ensino fundamental, através de uma Unidade Executora, que é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos. A verba recebida é calculada de acordo com número de alunos matriculados e pode ser aplicada em material de consumo e material permanente. Para verificar como ocorre o recebimento e o gerenciamento deste recurso estão sendo acompanhadas duas escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Foram realizados acompanhamentos de reuniões dos Conselhos Escolares, levantamento e análise de documentos pertinentes ao repasse do Programa, como atas de reuniões, plano de aplicação de recursos e entrevistas semi-estruturadas com cada segmento, para entender como acontecia a decisão sobre o destino das verbas. O recurso do PDDE chega às escolas geralmente no final do ano letivo, e elas procuram aplicar as verbas (de consumo) em compras de materiais, principalmente de limpeza, que não foram efetuadas com o dinheiro do Repasse Municipal. Já a verba para material permanente é aplicada em materiais que estejam faltando nas escolas e de acordo com demandas previamente apresentadas pelo Conselho ou pela própria direção da escola. Na questão da gestão dos recursos e participação dos segmentos envolvidos, as escolas foram bastante diferentes em suas formas de decisões, pois, enquanto uma mostrou-se bastante democrática envolvendo a comunidade escolar na discussão e decisão a outra foi bastante centralizada na direção da escola. As escolas têm até o dia 31 de dezembro para fazer a prestação de contas para a Secretaria de Educação que por sua vez presta conta para o MEC em Brasília. (PIBIC).